



# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

### ACTA N.º 06/IX-2º/2007

- 1 - Aos dois dias do mês de Fevereiro de dois mil e sete, pelas 21H15, nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Almada, sitas na Rua Cândido Capilé, em Almada, realizou-se a Reunião da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:-----
  - 1 - Período de Intervenção do Público.-----
  - 2 - Período de Antes da Ordem do Dia-----
  - 3 - Período da Ordem do Dia.-----
    - 3.1 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a “Regulamentação do Estacionamento e Circulação nas zonas de construção do MST em Cacilhas e Almada:---
      - 3.1.1 – Regulamento Específico de Estacionamento e Circulação da Unidade Operativa de Gestão de Estacionamento e Circulação – UOGEC na zona de obra do MST Cacilhas;-----
      - 3.1.2 – Regulamento de Estacionamento e Circulação da Unidade Operativa de Gestão de Estacionamento e Circulação – UOGEC na zona de obra do MST Almada Centro”.-----
- 2 - Fez-se a chamada dos Srs. Deputados Municipais e foi verificado o quorum.-----
- 3 - Dos quarenta e quatro eleitos estiveram presentes quarenta e três eleitos na reunião, registando-se uma falta (Fernando Jorge Amoreira Fernandes).-----
- 3.1 - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:-----

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Maria Luísa Monteiro Ramos; José Luís Abreu Leitão; Hernani José Pereira Peixoto de Magalhães; Maria Luísa Rodrigues Barros de Almeida Beato; André Vieira Pinharanda Delgado; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Francisco José Gonçalves Guerreiro; Helder de Jesus Dias Viegas; José Gabriel Guiomar Joaquim; Paula Cristina Loureiro Coelho; Maria da Graça Contreiras de Matos Mascarenhas Pessoa; António Henrique Rodrigues Roseiro; Ruben José de Almeida Martins Raposo; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes; António Rodrigues Anastácio; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Amadeu Dinis Vaz; Caetano da Conceição Rolo; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Domingos José Soares de Almeida Lima; Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida; Nuno Filipe Miragaia Matias; Armando de Jesus Barata; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; Miguel Ângelo Moura Salvado; Helena Maria Gomes de Oliveira; Luís Filipe da Cruz Pereira; Fernando Albino D’Andrade Mendes; Carlos Augusto Aurélio Alves Leal; Teresa Paula de Sousa Coelho; António José Pinho



# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

Gaspar Neves; José Manuel Pereira; José Mário Castelhana Ferreira; Carlos Alberto Tomé Valença Mourinho; Maria Manuela Batista C. S. Lopes; Francisca Luís Baptista Parreira.-----

4 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção do Público.-----

4.1 – Usou da palavra o Exm.º Senhor Município José Lobato Borges, morador na Rua Beato Inácio Azevedo, Lt. 80 - Vale Rosal – 2820-245 Charneca de Caparica.-----

4.1.1 - O Exm.º Senhor Município José Lobato Borges:-----

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu venho cá desde mil novecentos e noventa e quatro, já foi em Assembleia e me deram razão, deram trinta dias ao proprietário do lote ao meu lado para pôr consoante os projectos que lá estavam na Câmara. Já estou em 2007 até à data nada. Estou farto de escrever para a Câmara, já veio até nos jornais, que posso mostrar que já veio publicado, e a coisa não se resolve, venho cá hoje e fui agora atendido, que sim senhor, que na segunda-feira vão ver o assunto. É só isto que eu quero dizer. Acho que tenho direito a que me dêem uma resposta, porque se há leis para uns tem que haver leis para outros.”-----

4.2 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município Ricardo Filipe Dias, morador na Rua Comandante António feio, nº 32 2º Dtº, 2800-255 Almada.-----

4.2.1 - O Exm.º Senhor Município Ricardo Filipe Dias:-----

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Chamo-me Ricardo Dias, moro na Freguesia de Cacilhas, mais concretamente na Rua Comandante António Feio. Soube hoje que havia esta Sessão extraordinária da Assembleia Municipal para falar sobre o MST e os parques de estacionamento e realmente como morador senti-me na obrigação de estar hoje aqui presente. Também já estive presente em várias sessões do Fórum MST e inclusive na última realizada nos Bombeiros Voluntários de Cacilhas e gostaria de colocar algumas questões a esta Assembleia. Gostaria que me esclarecessem. Primeiro que tudo finalmente poder congratular o Governo e a Câmara por chegarem a um entendimento, por as obras avançarem. No entanto não posso deixar também de deixar um lamento pelo facto de não ter chegado a nenhuma informação específica sobre as obras e o novo ordenamento do trânsito e do estacionamento na Freguesia de Cacilhas à caixa de correio dos moradores. Porque eu estive no Fórum de Participação mas muitos moradores não estiveram e não sabem que está a decorrer neste momento o pedido dos cartões de residência para o estacionamento das viaturas. No entanto, a primeira questão que eu gostaria de colocar era em relação à, na Rua António Feio a partir do número trinta até à Praça Gil Vicente, ao final da Rua, segundo se não estou em erro, no mapa que apresentaram inicialmente, no último Fórum de Participação nos Bombeiros Voluntários de Cacilhas, tinha uma zona afectada para



# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

parquímetros, mas depois também tinha outra zona afecta a residentes, é como se dividissem aquele último troço da Rua por duas partes, uma para parquímetros outra para residentes. E estranhamente o que eu estou a ver é que essa zona está somente afecta a parquímetros.-----  
Eu pergunto se é intenção da Câmara obrigar realmente os residentes da António Feio pelo menos dessa zona, a ter que estacionar no parque da LEMAUTO ou do futuro parque de estacionamento perto dos Bombeiros de Cacilhas. Também coloco a questão porque houve uma pessoa que queria estar aqui presente e não pôde, se também é intenção de na António Nobre e noutras Pracetas junto à Avenida 25 de Abril, onde nunca vi parquímetros, agora há parquímetros e portanto as pessoas residentes se serão obrigadas a estacionar outra vez nos parques distantes da Avenida 25 de Abril? Pergunto também se antes de avançar-se com a obrigatoriedade das pessoas, dos residentes estacionarem fora da sua área de residência se não deveria ser correcto, primeiro prestar informação e depois concluir as obras pelo menos dos parques de estacionamento, porque ainda hoje não sabemos onde é que vamos estacionar os carros. É isso que eu gostaria de saber.”-----

4.3 – Usou da palavra em resposta aos Srs. Munícipes, a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara.-----

4.3.1 - A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal:-----

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
Em primeiro lugar, dirigir-me às Sr.<sup>as</sup> e aos Srs. Deputados, às Sr.<sup>as</sup> e aos Srs. Munícipes e sobre as questões colocadas, esta preocupação trazida pelo Sr. José Lobato, o Sr. Vereador José Gonçalves já teve a oportunidade de combinar com o Sr. José Lobato uma ida à sua casa segunda-feira, penso que é para perceber em concreto qual é o problema que o nosso amigo tem. E portanto, se quiser continuar na Assembleia pode continuar, mas se quiser ir para o quentinho da sua casa também pode ir porque na segunda-feira lá estará o Sr. Vereador.-----  
Relativamente a esta questão trazida pelo Sr. Ricardo Dias, eu gostaria de dizer que neste momento já está a circular um documento que fala exactamente sobre as zonas, é um documento que está a chegar às caixas do correio. Foi distribuído um documento pela concessionária, dando nota de como é que vai decorrer a obra no eixo de Cacilhas, portanto Avenida 25 de Abril. E também já está a ser distribuída um outro documento complementar, dando nota exactamente das questões que nós hoje aqui estamos a tratar. Onde inclusive se faz referência já aos parques de estacionamento que no seu conjunto terão uma capacidade na ordem dos setecentos, aqueles grandes parques, na ordem dos setecentos lugares no total, mas também às áreas, os residentes estão na nossa grande preocupação e portanto todo o trabalho foi feito no sentido de responder às necessidades dos residentes e também do comércio da zona. Depois mais em detalhe, naturalmente que se poderá explicar. Durante um



# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

ano, pelo menos é isso que já está definido. Mas nas zonas que venham a ter parquímetro não há cobrança, há gestão, portanto haverá a gestão do estacionamento com os parquímetros que serão instalados, mas apenas para gerir o tempo de utilização dos lugares. Mas há uma primeira atenção aos residentes e aos comerciantes da zona.-----

Os pendulares são de facto aqueles que têm de se organizar no sentido de fazerem o seu transporte sem utilizarem a maior parte da área de estacionamento da zona. Embora esteja também acautelada uma zona para visitantes que é exactamente a área do antigo Parry Son, aquele grande parque, mas todos os outros são sobretudo parques direccionados para os residentes. Eu penso que as propostas estão bem feitas e que respondem às necessidades das pessoas, e o documento também me parece que está bem feito e começa já a ser distribuído. Aliás, já se diz aqui qual é o horário, diz-se que os actuais cartões de residentes continuam a ser possíveis de utilizar até que as pessoas tenham um novo cartão que podem ir à Junta de Freguesia e em que horário, que podem ir à ECALMA, etc.. Há portanto uma informação bastante detalhada já neste documento que está a ser distribuído.”-----

5 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

5.1 - O Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos Srs. Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência, prevista no artigo 78º, da Lei nº 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:-----

- O Sr. Deputado Municipal Sérgio Neves Correia Taipas, com Ausência no dia 02 de Fevereiro de 2007, (**Conforme ANEXO I**).-----

- O Sr. Deputado Municipal Bruno Ramos Dias, com Ausência no dia 02 de Fevereiro de 2007, (**Conforme ANEXO II**).-----

- A Sr.ª Maria José Bruno Esteves, com Ausência no dia 02 de Fevereiro de 2007, (**Conforme ANEXO III**).-----

- O Sr. Manuel Maria Braga de Marques Gomes, com Ausência de 02 a 28 de Fevereiro de 2007, (**Conforme ANEXO IV**).-----

5.2 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:-----

- O Candidato Exm.º Senhor José João Santos da Mata, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. Sérgio Neves Correia Taipas e por impedimento do cidadão Vitor Telmo Moreira Gonçalves, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXOS V e VI**).-----

- A Candidata Exm.ª Senhora Anabela de Matos Tavares Raposo, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas



# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. Bruno Ramos Dias e por impedimento dos cidadãos (Alain Magalhães Pereira – PEV); Vitor Manuel Gomes Fonseca; Pedro Santos Maia e Álvaro Maurício Pinto dos Santos, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXOS VI, VII, VIII e IX)**.-----

- O Candidato Exm.º Senhor Jorge da Silva Martins, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência da eleita Sr.ª Maria José Bruno Esteves, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO X)**.-----

- A Candidata Exm.ª Senhora Maria do Rosário Gonçalves de Oliveira, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. Manuel Braga de Marques Gomes, **(Conforme ANEXO XI)**.-----

5.3 – O Sr. Presidente da Assembleia Municipal procedeu ao anúncio da substituição do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Cova da Piedade António Dias Belo Gonçalves, por Renúncia ao Mandato, pelo eleito imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, Senhor Ricardo Jorge Cordeiro Louçã que, por direito próprio, passa a integrar a Assembleia Municipal, **(Conforme ANEXO XII** informação da Junta de Freguesia da Cova da Piedade - Ofício nº 67/07 de 02 de Fevereiro de 2007 que acompanha a cópia da Acta nº 01/2007 da Assembleia de Freguesia).-----

5.4 - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação da Junta de Freguesia da Cova da Piedade, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, devido a justo impedimento do Presidente do Órgão Autárquico é substituído na Reunião da Assembleia Municipal pelo eleito na Junta de Freguesia, o Sr. Manuel Carlos Guerra da Cruz, **(Conforme ANEXO XIII)**.-----

5.5 - Fez-se a distribuição aos Srs. Deputados Municipais das Actas N.ºs 03/IX2º/2006; 04/IX2º/2006 e 05/IX2º/2006 e as Minutas das Actas N.ºs 03/IX2º/2006; 04/IX2º/2006 e 05/IX2º/2006 (para posterior aprovação e ratificação, respectivamente); da Súmula N.º 03/IX/2006-07 (Reunião de Representantes dos Grupos Municipais).-----

5.6 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Helena Oliveira (apresentando Moção/Deliberação sobre Comissão de Acompanhamento da Frente de Praias); Luís Filipe Pereira (apresentando Moção/Deliberação sobre Situação do Arsenal do Alfeite); Domingos



# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

Almeida Lima; Luísa Ramos; Odete Alexandre; Presidente da Assembleia Municipal; Ruben Raposo e a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara.-----

5.6.1 – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Helena Oliveira:-----

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

A Moção do Bloco de esquerda que eu vou ler tem a ver com a criação de uma Comissão de Acompanhamento da Frente de Praias da Costa de Caparica e tem alterações que foram propostas pela Bancada da CDU e que o Bloco de Esquerda concordou.-----

Eu penso que está a ser distribuído pelo menos uma cópia por bancada com estas alterações que vou ler.-----

Moção/Deliberação sobre Comissão de Acompanhamento da Frente de Praias, (integrando as propostas de alteração apresentadas pela CDU)-----

Considerando que:-----

- a) A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 15 de Dezembro de 2006, deliberou “propor ao Governo que na dependência do Instituto Nacional da Água (INAG) seja constituído um Gabinete de Monitorização da Frente de Praias da Costa da Caparica, acompanhando e estudando, designadamente a dinâmica sedimentar e as necessárias acções de prevenção de rompimento o cordão dunar”;-----
- b) Na Reunião de Representantes dos Grupos Municipais, efectuada em 16 de Janeiro de 2007, o Presidente da Assembleia Municipal informou “da reunião do Município (Presidentes da Câmara e Assembleia) com a Direcção do INAG (Presidente, Vice-Presidente e Directores de Serviços) realizada no passado dia 11 de Janeiro”, de que resultou um consenso para “a constituição de uma Comissão de Acompanhamento e Informação da evolução da Frente de Praias em que estivessem representadas as Autarquias Locais (CMA, AMA e Junta de Freguesia da Costa da Caparica), INAG e outros departamentos e/ou serviços da Administração Central com responsabilidades na área”;-----
- c) Na referida reunião, todos os Grupos Municipais se manifestaram de acordo com a criação de tal Comissão, com excepção do PS, tendo o Presidente declarado que “não havendo unanimidade não tomará qualquer iniciativa para a constituição da Comissão”;-----
- d) A referida Comissão de Acompanhamento, constituída nos termos referidos na alínea b) faz todo o sentido, para que a troca de informações e esclarecimentos sobre o andamento dos trabalhos e das soluções técnicas adoptadas possa ser devidamente acompanhada pela Assembleia Municipal, com a consequente informação regular aos munícipes sobre a situação;-----





# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Extraordinária em 02 de Fevereiro de 2007, delibera:-----

- 1 – Considerar como positiva a constituição de uma Comissão de Acompanhamento e Informação da evolução da Frente de Praias da Costa de Caparica, com o objectivo designadamente de acompanhamento e informação do processo de monitorização e das acções e estudos de prevenção, consolidação e conservação das praias e dunas.-----
- 2 – A referida Comissão deverá ter na sua constituição representantes das Autarquias Locais (CMA, AMA e Juntas de Freguesia da Costa de Caparica), o INAG e outros departamentos e/ou serviços da Administração Central, com responsabilidades na área.-----
- 3 – Considerar que, em representação da Assembleia Municipal, a referida Comissão deverá integrar representantes de todos os Grupos Municipais.-----
- 4 – Sugerir a consideração do alargamento da composição desta Comissão a representantes de interesses específicos locais, designadamente a Pescadores e Apoios de Praia.-----
- 5 – Mandatar a Mesa da Assembleia para que formalize esta proposta junto da Administração Central, nomeadamente o INAG, e da Administração Local (CMA), encetando os procedimentos para a constituição da referida Comissão de Acompanhamento e Informação, nos termos descritos nos pontos anteriores.”-----

5.6.2 – O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira:-----

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Moção/Deliberação sobre Situação do Arsenal do Alfeite-----

A Assembleia Municipal de Almada, aprovou na sua sessão ordinária de 24 de Fevereiro de 2006, uma moção sobre a situação do Arsenal do Alfeite.-----

Pretendia a moção e passo a citar: “- *Solicitar ao Governo que clarifique qual a sua estratégia para o Arsenal do Alfeite, sublinhando quais as medidas de curto e médio prazo que pretende adoptar para modernizar o Estaleiro, e assegurar a continuidade do seu funcionamento em plena laboração, no plano da construção, manutenção e reparação dos navios da Marinha de Guerra Portuguesa.*”-----

A Assembleia Municipal de Almada, não recebeu até ao momento qualquer esclarecimento por parte do Governo da República que permitisse afastar os motivos que levam os trabalhadores Arsenalistas a manterem um estado de ansiedade, em relação aquilo que será o futuro do Estaleiro e por consequência o seu próprio futuro.-----

Recentemente, o Despacho nº 299/2007 de 8 de Janeiro; dos Ministérios das Finanças, da Administração Pública e da Defesa Nacional, dá a conhecer que foi constituído um grupo de



# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

trabalho na dependência do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, para a empresarialização do Arsenal do Alfeite.-----

Diz o referido despacho que e passo a citar: *“existem já alguns estudos de base sobre qual o modelo a adoptar e que, pese embora alguns dos mencionados estudos estejam já algo desactualizados, os mesmos se orientam unanimemente no sentido de uma transformação de natureza do Arsenal do Alfeite, que passaria a revestir uma forma empresarial”*.-----

Refere ainda que e passo a citar: *“esta questão é também da maior importância para a prossecução das actividades da EMPORDEF, S.G.P.S. (Empresa Portuguesa de Defesa — Sociedade Gestora de Participações Sociais)”*.-----

Uma primeira interrogação sobre o porquê de pagar € 95000 ao Presidente do dito grupo de trabalho um parêntesis para dizer que noventa e cinco mil euros dá para pagar noventa e cinco meses de salário a um Funcionário Público que ganhe mil euros que está bem acima da média o que significa praticamente sete anos de trabalho” E estamos a falar só da verba que vai ser paga ao Presidente do dito grupo de trabalho. E um trabalho que vai ser feito durante quatro meses. Uma primeira interrogação sobre este motivo: sobretudo se já existem estudos vai-se pagar para fazer um estudo aos estudos? Foram feitos pela CRASIDE, pela CORINDE, vai-se pagar um estudo para estudar os estudo? O nosso país está a nadar em dinheiro? Isto entende-se esta situações?-----

Uma Segunda interrogação: esta questão é também da maior importância para a prossecução das actividades da EMPORDEF, S.G.P.S.-----

Não seria de esperar que o estudo fosse da maior importância para o Arsenal!-----

Tendo em consideração que os trabalhadores do Arsenal do Alfeite continuam a viver um período de grande preocupação no que diz respeito ao futuro do Estaleiro, e atendendo à importância que o mesmo tem para o concelho de Almada e para o país, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 02 de Fevereiro de 2007, decide:-----

- ☞ Manifestar o apoio a soluções que coloquem o Arsenal, na cena nacional como o Arsenal da Marinha Portuguesa.-----
- ☞ Manifestar o apoio a dinâmicas de modernização que aumentem a capacidade produtiva e assegurem aos trabalhadores o respeito pelos seus direitos inalienáveis.-----
- ☞ Manifestar o apoio a medidas que contribuam para o desenvolvimento da Indústria Naval em Portugal, contribuindo para melhor servir a Marinha e o País.-----

Na próxima semana o Arsenal do Alfeite vai ser visitado pelo Estaleiro da Marinha da Holanda, e é assim que lhe chamam, Estaleiro da Marinha da Holanda. Não é o Estaleiro de Roterdão, nem é o Estaleiro de Amesterdão, é o estaleiro da Marinha da Holanda. E o Arsenal do Alfeite





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

quando esteve em Lisboa era o Arsenal de Lisboa, quando passou para o Alfeite passou a ser Arsenal do Alfeite, mas o Arsenal tem sido sempre o Arsenal da Marinha Portuguesa.”-----

5.6.3 - O Sr. Deputado Municipal Domingos Almeida Lima:-----

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:-----

Recorrentemente os Autarcas do Partido Social Democrata têm alertado esta Assembleia para a situação de perfeito descontrolo no que concerne à gestão do “Dossier MST”, quer por parte da Câmara Municipal de Almada quer por parte do próprio Governo, por nada ter feito para impedir que o processo tivesse resvalado para urna dilação difícil de admitir, resultando dessa inércia, consequências muito graves e onerosas para todas as partes envolvidas, muito em especial para os futuros utentes deste serviço.-----

Não iremos voltar ao tema numa abordagem substancial, ate porque em recente Assembleia já o fizemos. Não obstante, enquanto Autarcas eleitos, não poderemos deixar passar em claro as graves conclusões a que, sobre esta matéria chegou o Tribunal de Contas, de cujo relatório tivemos conhecimento na passada semana, cumprindo-nos desde já solicitar à Câmara que esclareça cabalmente, sobretudo entre outras questões de privacidade quatro conclusões que se nos afiguram de especial gravidade.-----

A saber:-----

- 1 - No Relatório do Tribunal de Contas é referido, repetidamente, que a Autarquia de Almada adoptou uma deliberação a condicionar o desenvolvimento da construção das infra-estruturas do MST, de acordo com o programa de trabalhos previsto, e, conseqüentemente, a impedir a entrada em exploração do sistema nos prazos programados, já que decidiu não disponibilizar os terrenos.-----
- 2 – Diz ainda o Relatório que essa deliberação, ao fazer depender a disponibilização dos terrenos da satisfação de um conjunto de condições diferentes das contratualmente consagradas, criou uma situação de incumprimento do contrato por parte do Estado Concedente, tendo conduzido a um agravamento das compensações financeiras a pagar pelo Estado à Concessionária, já que existem sobrecustos provenientes do atraso na entrada em exploração do MST, bem como provenientes das alterações aos prazos de realização das ILD (infra-estruturas de longa duração).-----
- 3 - E adianta ainda o Relatório, que o Município de Almada impôs unilateralmente novas condições para disponibilizar os terrenos e que essa não disponibilização é susceptível de configurar um incumprimento dos Protocolos, acarretando o dever do Estado Concedente de indemnizar ou reequilibrar financeiramente a Concessionária.-----



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

4 – Por último apresento a última questão que me parece de interesse ser esclarecida pela Câmara. Relembra o Relatório nos termos dos Protocolos firmados, o Município de Almada se constitui responsável perante o Estado, em caso de incumprimento das suas obrigações.-----

São estas as questões Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Vereadores, que por estarem inscritas no referido relatório, gostaríamos de ver esclarecidas.”-----

5.6.4 – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos:-----

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado do PSD que acaba de citar um Relatório e eu gostava de saber se é o Acórdão do Tribunal de Contas ou se é um qualquer Relatório de uma organização do PSD.-----

Porque o Acórdão do Tribunal de Contas não diz rigorosamente nada daquilo que foi aqui citado.”-----

5.6.5 – O Sr. Deputado Municipal Almeida Lima:-----

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu gostaria muito de ser mais claro ainda, mas não posso, porque compreenda, o Relatório tem para ai duzentas páginas e dessas duzentas páginas se tivesse dado ao trabalho de ler tem lá estas questões. Eu não estou a dizer que sejam verdades ou que sejam mentiras, o que estou a dizer é que elas estão lá e pedia um esclarecimento, é tão só.-----

A Sr.<sup>a</sup> diz que não estão, eu li o Relatório e estão.”-----

5.6.6 – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Odete Alexandre:-----

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

A minha intervenção não tem a ver com esta última pergunta que foi feita, mas tem a ver com a Moção de deliberação que o Bloco de Esquerda apresentou sobre a Comissão de Acompanhamento da Frente de Praias.-----

Da maneira como é proposta esta Comissão, o PS sente-se mais em consonância com tudo o que gostaríamos de pedir, que tivessem em conta que a Frente de Praias da Costa de Caparica se estende até à Cova do Vapor. E que a Cova do Vapor é domínio da Freguesia da Trafaria, portanto faz todo o sentido que a Junta de Freguesia deva integrar esta Comissão tal como a Junta de Freguesia da Costa. É só esta a proposta que nós temos para apresentar.”-----

5.6.7 – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Helena Oliveira:-----

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Queria dizer que pelo Bloco de Esquerda não vemos objecção nenhuma a inclusão da Junta de Freguesia da Trafaria e queria colocar uma questão que mais uma vez não sei se há-de falar



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

agora, se hei-de falar no período do parque. Tem a ver com os documentos que a Junta de Freguesia e a ECALMA estão a exigir às pessoas para terem o cartão de residente para terem acesso aos parques e aos parquímetros. A questão que eu queria colocar muito concretamente é se é necessário exigir o preenchimento de um impresso tão rigoroso em que além de ser obrigatório apresentar uma data de documentos ainda é obrigatório escrever que se permite que a ECALMA vá validar aquelas informações todas num sítio qualquer que a ECALMA queria sendo que da leitura do regulamento da ECALMA isto não está tão rigoroso como está depois no impresso e nas Juntas de Freguesia. Portanto era só mesmo perguntar se a Câmara tem conhecimento disto, se concorda, se acha bem, se é mesmo assim, se não poderíamos aligeirar um bocado o processo. Quer dizer, uma pessoa que mora numa determinada rua para provar que alí mora, parece-me que está de um modo muito exagerado provar que assim é.----- Portanto, era perguntar se a Câmara tem conhecimento e se acha bem, porque nós achamos que é um bocado exagerado.”-----

5.6.8 – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos:-----

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
Reafirmamos que a intervenção do Sr. Deputado do PSD não corresponde em nada ao Acórdão do Tribunal de Contas, e portanto lamentamos que a Assembleia Municipal esteja a ser induzida em erro, porque de facto nada tem a ver com aquilo que está no Acórdão do Tribunal de Contas. Portanto, reafirmamos e lamentamos a mentira na informação aqui transmitida. Por outro lado, só lembrar o Sr. Deputado que aquilo que evoca como impossibilidade de cedência de terrenos foi resultado de uma deliberação votada por unanimidade por esta Assembleia, isto é, também pelo PSD, da não cedência de terrenos nas condições constantes da deliberação. Portanto, achamos muitíssimo de mau gosto que volte aqui à Assembleia uma questão que está devidamente ou pensávamos nós devidamente esclarecida. Sobre as Moções do Bloco de Esquerda agradecemos a questão da integração das sugestões sugeridas pela CDU na questão da Comissão de Acompanhamento. Aliás, nós sugerimos de facto a inclusão quer dos apoios de praia, quer dos pescadores porque pensamos que era de facto relevante indo também de encontro às sugestões dos Deputados da Assembleia da República do Partido Socialista. E portanto pensamos que isto enriquece a Constituição da dita Comissão. Portanto, agradecemos essa inclusão, vamos naturalmente votar a favor e aceitamos também a proposta do Partido Socialista da inclusão da Junta de Freguesia da Trafaria.-----

Relativamente à Moção sobre o Arsenal, não podemos deixar de dizer que estamos muito de acordo com todo o teor da Moção, a CDU, PCP e os trabalhadores do Arsenal, os seus



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

movimentos unitários, representantes do trabalhadores, há muitos anos que têm vindo a colocar a necessidade da manutenção de facto desta designação Arsenal da Marinha Portuguesa. E pensamos que a modernização do Arsenal, o desenvolvimento, a manutenção dos postos de trabalho e a modernização tem que ser feita no sentido de criar autonomia para o Arsenal da Marinha e não com qualquer veleidade de alteração de estatuto de empresa pública para dar a possibilidade de privatização e muito menos de out sourcings.-----

Portanto, nós pensamos que é de facto de nos juntarmos todos na defesa do Arsenal do Alfeite, neste caso Arsenal da Marinha situado no Alfeite. E como salvaguarda enfim desta dita empresa dos postos de trabalho dos direitos e dos seus trabalhadores. Lamentamos inclusivamente que o Arsenal com uma Escola Profissional tão boa esteja a formar jovens nas várias frentes técnicas e que depois esses jovens acabem por ir para qualquer supermercado ou pequenas empresas desperdiçando aquilo que foi o investimento da formação e assim perdermos técnicos avalizados e assim perdermos postos de trabalho e assim criarmos condições para os out sourcings.-----

Portanto, é a nossa posição relativamente às Moções em causa e vamos votar naturalmente a favor reforçando o lamento da intervenção muito pouco feliz do Sr. Deputado do PSD nesta Assembleia.”-----

5.6.9 – O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

“Srs. Deputados Municipais;-----

Eu permitia-me apenas dizer o seguinte: eu não conheço o relatório do Tribunal de Contas, hei-de conhecer, porque ele há-de com certeza ser enviado a esta Assembleia como é natural nestas coisas e depois terá a sua tramitação. Mas eu permitia-me chamar atenção do seguinte: se o Relatório fala em Autarquia, a Autarquia deve aqui ser considerada como o Município e não a Câmara. O Município tem dois Órgãos, a Câmara e a Assembleia Municipal. A Câmara Municipal não tomou qualquer posição, a posição foi tomada pela Assembleia Municipal em Março de dois mil e três e por unanimidade. Por isso se relativamente a esta questão da deliberação o Tribunal de Contas diz a Autarquia de Almada, deve-se entender-se Autarquia de Almada – Município, tomada pelo seu Órgão e esse Órgão foi a Assembleia Municipal e não qualquer outro e por isso não há esclarecimento por parte da Câmara quanto muito, eu isso posso facilitar que é a Acta dessa reunião que tem o debate e a deliberação unânime da Assembleia de não cedência de terrenos. Por isso não deve haver pedidos de esclarecimento à Câmara, quanto muito pedidos de esclarecimentos a nós próprios ou aqueles que em dois mil e três estavam eleitos e tomaram essa deliberação.”-----

5.6.10 – O Sr. Deputado Municipal Almeida Lima:-----



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
Eu estou a estranhar tamanho nervosismo nesta questão e na abordagem desta questão. Começo por dizer que tive o cuidado na minha intervenção de expressamente afirmar que não iria fazer uma intervenção com substância, opinativa, que iria tão só referenciar quatro pontos que estão no Relatório, e eu lamento que um Membro da Assembleia se calhar por não ter lido cuidadosamente o Relatório possa ofender a dignidade de um outro Membro chamando-lhe mentiroso quando se calhar não leu o Relatório, mas eu vou ter o prazer de facultar a esta Assembleia o Relatório com estas questões sublinhadas.-----  
Portanto queria dizer-lhes também que as questões por mim levantadas foram dirigidas à Câmara no sentido de a Câmara as comentar e eu inclusivamente dar a oportunidade a que algumas coisas que eventualmente puderem estar no Relatório de uma determinada forma, mas que se passaram de outra, fossem esclarecidas aqui para esta Assembleia. Foi esta a minha intenção ao pedir os comentários a estas questões. Não afirmei que estas questões eram factos consumados. O que disse é que no relatório vem estas quatro questões, e eu gostava de ouvir as explicações referentes a elas. Foi tão só isto. Volto a reafirmar que estas questões estão no Relatório, o Relatório é longo, são duzentas páginas, mas estas questões estão no Relatório. Queria também dizer que estamos perfeitamente conscientes que votamos de facto, fomos também, por unanimidade votámos essa deliberação em dois mil e três. Simplesmente a nossa boa fé não podia imaginar que essa deliberação iria ter como consequência um atraso de dois anos e meio, quase.”-----

5.6.11 – O Sr. Deputado Municipal Ruben Raposo:-----  
“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
Para informar esta Assembleia da posição do Grupo Socialista sobre a Moção do Bloco de Esquerda. Nós não partilhamos o ponto de vista do nosso colega Luís Filipe acerca da leitura que faz em termos do Arsenal do Alfeite, nomeadamente os considerandos, mas as conclusões são de facto largas, são de facto nacionais, permitem naturalmente um consenso alargado e por isso vamos votá-las favoravelmente.”-----

5.6.12 – A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal:-----  
“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
Gostaria também de deixar algumas notas sobre, sobretudo uma proposta aqui trazida e a questão trazida também pelo Sr. Deputado Almeida Lima. Congratular-me pelo facto de depois da reunião que fizemos com o INAG eu e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, da CDU ter apresentado nesta Assembleia uma proposta propondo que houvesse um observatório e que se fizesse uma reunião de trabalho e que foi unanimemente aprovada pela



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Assembleia Municipal e que depois da reunião com o Sr. Presidente do INAG e da reunião de trabalho feita e do apelo que na altura tive a ocasião também de dirigir aos Colegas, que hoje tenhamos uma proposta para constituir uma Comissão para o acompanhamento da nossa Costa Atlântica com uma composição alargada, e se for essa a vontade também das entidades respectivas que possa ter representantes dos nossos pescadores, dos apoios de praia, das entidades com interesses específicos na zona. Congratulo-me por termos chegado aqui e desejo que daqui por diante possamos com conhecimento, com acesso à informação, com a nossa participação podermos contribuir para que o problema que tanto nos aflige possa ser acompanhado e tenha a nossa maior contribuição para que as decisões vão sendo tomadas também possam corresponder aos nossos anseios e às necessidades da zona. Portanto, queria felicitar-vos se me permitem por aquilo que percebi que é um consenso nesta Assembleia relativamente a esta proposta.-----

Depois em relação às questões trazidas pelo Sr. Deputado Almeida Lima, eu gostava de deixar aqui duas notas. Nestas coisas, neste processo, há o interesse público e há o interesse privado. Não temos dúvidas. Neste processo do MST há o interesse público e há o interesse privado. E naturalmente cada um de nós toma a posição que melhor entende. Eu penso que é dever dos representantes das populações nos Órgãos do Poder Local ou Central defenderem os interesses públicos. E portanto, penso que andou bem a Assembleia Municipal, andou bem a Câmara Municipal em todo este processo. Andou bem a Assembleia Municipal porque em dois mil e três começaram que foram as obras a Assembleia chamou atenção do Governo relativamente a um conjunto de problemas sérios que afectavam a nossa população. Uma decisão política da Assembleia Municipal, em Março de dois mil e três. A consignação da obra tinha sido feita em trinta e um de Julho de dois mil e dois. Ainda não tinha passado um ano sobre a consignação e já havia muita coisa a correr mal. E a Assembleia Municipal tomou uma decisão política chamando atenção do Governo, e foi por unanimidade. A Câmara Municipal quando foram apresentadas as plantas parcelares que lhe permitiram elaborar as propostas para submeter à Assembleia Municipal imediatamente, num curtíssimo prazo, num tempo recorde apresentou as respectivas propostas. E as primeiras foram em Julho de dois mil e seis. O que quer dizer que as primeiras plantas parcelares que permitiram aos Órgãos Autárquicos tomar decisões foi em Julho de dois mil e seis. E esta questão do descontrolo da Câmara e do Governo, não houve nenhum descontrolo da Câmara Municipal, das Autarquias deste Concelho, agora do Governo houve Sr. Deputado. E houve em primeiríssimo lugar do Governo do PSD. Olhos nos olhos quando é preciso dizer a uns diz-se a uns, quando é preciso dizer a outros diz-se a outros. E de facto o Governo do PSD andou de uma forma





# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

completamente desorientada com isto. Porque em três anos, menos de três anos teve três Ministros. Entravam uns saíam outros. O Relatório também diz que em sete anos entraram e saíram sete Ministros, houve não sei quantos encarregados de Missão, também está escrito. Agora, o Relatório faz recomendações e é aqui que as questões se colocam. Quais são as recomendações que o Relatório faz? Faz alguma ao Poder Local? Nenhuma. E é isso que importa. As conclusões do Relatório é que importam para a conclusão do processo.-----

Naturalmente que o relatório, eu não domino o relatório ao detalhe, à vírgula, ao ponto final. Mas conheço as conclusões. E as conclusões do Relatório naturalmente fazem recomendações ao Estado mas não fazem nenhuma recomendação à Autarquia de Almada.-- Eu gostava sinceramente que também houvesse algumas recomendações à concessionária, tenho pena que o Tribunal de Contas não tivesse de facto feito nenhuma recomendação à Concessionária. Tenho pena que isso não tivesse acontecido. E não sou só eu. Porque a análise deste processo naturalmente que levaria que fosse desejável alguma recomendação à Concessionária. Nós estamos a começar a obra, queremos paz, queremos fazer a obra com toda a cooperação entre todas as partes, para bem da nossa população. A proposta que nós vamos ter a seguir não teria sido possível elaborar pela Câmara Municipal, trazê-la hoje a esta Assembleia Municipal se não tivéssemos feito muito e muito trabalho para ajudar o processo.-----

Ajudar o processo, ajudando a Concessionária, ajudar o processo, ajudando o Concedente, e sobretudo ajudar o processo em defesa das nossas populações e dos nossos interesses locais. O estudo que foi feito e foi apresentado em Março do ano passado num Fórum de Participação, foi fundamental para que apresentado o faseamento na primeira quinzena deste mês, nós tivéssemos imediatamente tido possibilidades de elaborar as propostas que hoje aqui trazemos. É assim pela prática, pela intervenção em concreto é que se pode e deve avaliar quem é que contribui de uma forma pró-activa, empenhada para que o processo evolua com a maior tranquilidade possível e de facto o que é desejável é que também aconteça da parte de outras entidades. Estamos a tempo, estamos cooperantes. Ainda hoje aconteceu uma situação que não queremos fazer disto nenhum problema, mas que é um problema, é necessário que haja uma grande preocupação de todos na articulação deste processo. É indesejável que se entre onde não se deve sem que as populações estejam informadas, se isto não suceder desta maneira vamos ter problemas. E portanto estamos na maior das vontades em cooperar com todos. Mas é preciso que todos tenham a mesma predisposição e a mesma atitude. Ainda hoje aconteceu uma situação indesejável que criou problemas, imediatamente entrámos em contacto com o Sr. Encarregado de Missão,



# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

imediatamente o Sr. Encarregado de Missão entrou em contacto com quem está no terreno, não se pode repetir, não se pode repetir a toda a hora. E portanto o que é fundamental neste momento é reunir esforços, vontades de modo a que a obra que é difícil, que não é linear, decorra da melhor maneira.-----

Eu penso que deve ser o espírito que deve nortear o nosso trabalho. Eu acho que todos não somos de mais, cada um de nós para ajudar a que o processo seja um processo com os menores prejuízos para todos e qualquer um, os menores prejuízos para todos e qualquer um, quer seja a Concessionária, quer seja o Governo, quer seja a nossa Autarquia e sobretudo a nossa população e os interesses económicos que estão sedeados neste nosso território. Penso que é isto. E é esta a nossa disposição e é assim que estivemos e estamos a trabalhar.-----

Portanto, o processo está a andar, é evidente que é possível fazer ajustamentos quando se identificar alguma coisa que deva ser ajustada; e é esta a disposição, ninguém está aqui com uma posição quadrada. Estamos a trabalhar, a encontrar a melhor solução para todos, mas com uma grande abertura para corrigir, atenuar os problemas para as pessoas. É esse o espírito.”-----

5.7 - Não havendo mais pedidos de palavra foi encerrado o debate e após verificação do quórum procedeu-se à votação dos documentos.-----

5.7.1 – A Moção apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Helena Oliveira, sobre Comissão de Praias (com as alterações apresentadas pela CDU e já constantes da proposta inicial e pelo PS de aditamento da Freguesia da Trafaria ao ponto 2 ),foi aprovada por unanimidade.-----

5.7.2 – A Moção apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira, sobre Arsenal do Alfeite, foi aprovada por unanimidade.-----

6 - Passou-se ao Período da Ordem do Dia.-----

6.1 - Entrou-se no ponto 3.1 com a apreciação da Proposta Nº. 34/IX de iniciativa da Câmara Municipal, aprovadas em Reunião Camarária de 24/01/2007, sobre “Regulamentação do Estacionamento e Circulação nas zonas de construção do MST em Cacilhas e Almada”, (Conforme ANEXO XIV).-----

6.1.1 - Usou da palavra a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara para apresentar a respectiva Proposta.-----

6.1.1.1 – A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal:-----

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

A Proposta que nós trazemos, como sabeis e já fiz alguma introdução há pouco, decorre das obras que estão a iniciar-se no eixo central da Cidade. Como disse há pouco nós desenvolvemos um estudo para este eixo que entregámos à Equipa de Missão e à



# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

Concessionária o ano passado e apresentámos no Fórum de Participação em Março, penso que foi uma boa contribuição, de alguma maneira consideramos que foi tido em conta, obviamente não na totalidade, com algumas alterações, mas foi importante e sentimo-nos satisfeitos por termos podido dar esse contributo. Esse trabalho permitiu-nos agora com o faseamento elaborar o Regulamento Específico de Estacionamento e Circulação para a Unidade Operativa de Gestão da Circulação na zona de obras de Cacilhas, e também o Regulamento Específico para uma zona idêntica, portanto de Almada Centro. O documento está em vossa mão, o documento parte também do Regulamento Geral aprovado por esta Assembleia Municipal. Eu pedia às Sr.ªs e aos Srs. Deputados e ao Sr. Presidente da Assembleia que me acompanhassem numas pequenas alterações, alguns erros que aqui estão e que é importante corrigir. No Regulamento Específico de Estacionamento e Circulação Almada Centro, houve aqui no artigo 2º, na alínea e), diz-se Rua Francisco de Melo de Noronha, obviamente que é Rua Francisco Xavier de Noronha, importa corrigir. Tal como na alínea o), é a Rua Cruzado Osberne e não Osberno.-----

Portanto é assim que a nossa Rua se designa. Depois na Planta que está em anexo a este Regulamento, também pedia a vossa atenção para o seguinte: na Planta, nos símbolos, Almada Centro, temos a planta zona obra MST Almada Centro e depois temos este quadro lateral que tem a identificação dos símbolos e depois a designação de como ou a definição a que é que correspondem. O primeiro símbolo que está metade a azul e metade a amarelo é todo azul. E o segundo símbolo que está totalmente a amarelo, então é que sim, é metade amarelo, metade azul.-----

Eu vou entregar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal uma planta limpa e ficamos à vossa disposição para as questões que nos queiram colocar.”-----

6.1.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Ruben Raposo; Maria do Rosário Oliveira; Hernâni Magalhães; Luísa Ramos; Miguel Salvado; Carlos Leal; Odete Alexandre; Nuno Matias; Helena Oliveira; o Sr. Presidente da Assembleia Municipal; o Sr. Vereador José Gonçalves e a Sr.ª Presidente da Câmara.-----

6.1.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Ruben Raposo:-----

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Os Socialistas estão convencidos da grande importância que constitui para Almada e para os Almadenses o projecto do Metro Sul do Tejo.-----

Metro Sul do Tejo iniciado com o então Ministro socialista João Cravinho, cujo protocolo foi rubricado em 01 de Julho de 1999, para o Desenvolvimento do metropolitano Ligeiro do Sul



# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

do Tejo e que contou também com a assinatura do malogrado Ministro Sousa Franco e dos Presidentes das Câmaras Municipais de Almada, Barreiro, Moita e Seixal.-----  
No referido Protocolo previa-se a criação de uma rede de metropolitano ligeiro na Margem Sul do Tejo, que proporcionasse uma boa interligação modal com a rede estruturante de ligação a Lisboa e ainda a distribuição interna aos Concelhos abrangidos.-----  
E ainda no mesmo Protocolo se previa que o “Estado e os Municípios se comprometem-se a desenvolver conjuntamente os estudos de viabilidade técnica, económica e financeira das extensões da rede do Metro Sul do Tejo à Moita ao Montijo e Alcochete, sendo os custos inerentes suportados em 80% pelo Estado e 20% pelos Municípios”.-----  
Os Socialistas têm vindo a pronunciar-se de forma responsável sobre diversas matérias que consideramos, não acautelarem os interesses dos Almadenses.-----  
Com efeito, sempre nos pronunciámos sobre a falta de espaços de estacionamento, sobre a falta de previsão dos mesmos.-----  
A proposta intitulada de “Ordenamento do estacionamento das zonas de Obra Metro Sul do Tejo Cacilhas e Almada Centro” hoje aqui em debate na Assembleia Municipal limita-se a ordenar o trânsito em algumas artérias da nossa Cidade e não acrescenta nada mais!-----  
Numa altura em que o avanço das obras é já considerável, não obstante os atrasos verificados no cronograma do passado, a verdade é que continua sem se perceber o local ou os locais onde vão surgir os lugares de estacionamento, quer para os residentes quer para as pessoas que vêm trabalhar ou que utilizam ou vão apanhar outros meios de transporte, nomeadamente o fluvial.-----  
Não existem parques de estacionamento, não existem parques de substituição, não existem infelizmente parques de dissuasão.-----  
Sr. Presidente da Assembleia Municipal, de acordo com o estudo feito pela Transitec, para a Câmara Municipal de Almada estudo este relacionado com as obras do Metro, , os números são estes e importa de facto reflectir sobre eles:-----  
na zona da nossa Cidade que vai da Avenida 25 de Abril à Praça Gil Vicente -----  
os lugares de estacionamento legal (sem contar com estacionamento em fila dupla ou em cima do passeio) hoje, antes de nove meses de obras são 1468 -----  
no período das obras, são suprimidos, 346 lugares -----  
e depois das obras, com o reordenamento já pensado pela Câmara, mantêm-se suprimidos/perdidos 346 lugares e passa a haver 1122 lugares de estacionamento definitivos.-----  
Em conclusão:-----



# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

A Câmara não conseguiu acautelar 346 lugares permitidos.-----  
Na zona que vai da Praça Gil Vicente à Praça S. João Baptista e citando mais uma vez a  
informação do referido estudo, nós pudemos dizer que os lugares de estacionamento legal,  
antes dos nove meses de obras são também 1736 lugares-----  
no período das obras, são perdidos, são suprimidos 221 lugares -----  
e depois das obras, com o referido reordenamento da Câmara a perda irá aumenta. Passa a  
haver 1479 lugares de estacionamento definitivos.-----  
E em conclusão: A Câmara também não consegue acautelar 257 lugares.-----  
Na zona de S. João Baptista até à chamada Rotunda dos Bancos -----  
os lugares de estacionamento legal que existem hoje são: 1946 lugares -----  
com as obras serão mortos 326 lugares -----  
e depois das obras, com o reordenamento já pensado pela Câmara, a perda mantêm-se.  
Passa a haver 1620 lugares de estacionamento definitivo.-----  
E em conclusão: A Câmara não consegue acautelar 326 lugares.-----  
Na zona da Rotunda dos Bancos até ao Centro Sul -----  
os lugares de estacionamento legal antes das obras são 379 -----  
com as obras serão suprimidos 121 -----  
Depois das obras, com o reordenamento já pensado pela Câmara, a perda mantêm-se.  
Passa a haver 260 lugares de estacionamento definitivo.-----  
E em conclusão: A Câmara também não consegue acautelar neste troço 110 lugares.-----  
Resumindo e concluindo antes das obras havia na nossa cidade, nestas quatro zonas-----  
5529 lugares de estacionamento legal -----  
com as obras, serão suprimidos 1014 lugares -----  
depois das obras e entrando em linha de conta com o esforço de reordenamento feito pela  
Câmara Municipal serão garantidos 4481 lugares -----  
Em conclusão: A Câmara não consegue acautelar 1048 lugares de estacionamento legal.----  
Se os colegas quiserem encontrar o verdadeiro estacionamento, naturalmente temos que  
entrar em linha de conta com o estacionamento informal, podem naturalmente multiplicar  
1048 lugares pelo factor 1,5 e encontrarão que o verdadeiro estacionamento legal e o  
informal que ronda 1572 lugares.-----  
Chegados aqui percebemos que com as obras, não há lugar, para 1014 automóveis.-----  
E com as obras já determinadas, não haverá lugar, para pelo menos 1048 viaturas.-----  
Perguntarão agora:-----  
Então qual a solução que os Socialistas avançam para colmatar este deficit?-----



# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

A solução passa naturalmente por construir parques de estacionamento.-----

Ora a proposta em debate nada diz sobre a construção dos futuros parques de estacionamento.-----

A manter-se a actual proposta a Câmara Municipal prestará um mau serviço à Cidade e aos Almadenses.-----

O Povo de Almada tem direito a ter qualidade de vida!-----

Com esta proposta aprovada não terá infelizmente a qualidade de vida a que tem direito.”---

6.1.2.2 – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Maria do Rosário Oliveira:-----

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu quero levantar também algumas questões em relação à questão do estacionamento. Em primeiro lugar, dois dos parques com lugares para pessoas com cartão de residente que estão agora a ser distribuídos o dos Bombeiros e o da Santa Casa da Misericórdia de Almada estão actualmente sempre cheios. E logo desde as primeiras horas da manhã, isto vai significar e já foi feita aqui uma referência que os habitantes de outras zonas que trazem o carro até Cacilhas para depois tomar o barco vão deixar de o poder fazer.-----

Em relação à burocracia para obtenção do cartão de residente que também já foi aqui referido, eu gostaria de reforçar que são pedidos sete documentos e que esses documentos aparecem na Junta de Freguesia de Cacilhas, neste pequenino folheto, mas este folheto faz apenas referência ao que já está aprovado no documento “Acessibilidades 21”, portanto isto é conhecido e é definido por todos. Portanto, será que é preciso toda esta burocracia?---

Sete documentos. Eu já estive na Junta de Freguesia de Cacilhas e de facto as filas avolumam-se e entretanto as escavadoras estão a avançar. Isto está a acontecer em simultâneo, penso que se deverá começar a prever e a avançar a questão noutras partes do Concelho, nomeadamente o Pragal e a Cova da Piedade. Sei que em Almada também já estão a fazer a preparação do cartão de residente, mas acho que é altura de começar a fazer também noutros lados. O Boletim Municipal faz referência a esta questão da ECALMA e do cartão, mas acho que era um bom meio para divulgar toda esta informação porque a população de Almada continua a ser maioritariamente trabalhadora noutras zonas, nomeadamente em Lisboa, portanto precisa de ter acesso a esta informação de uma maneira rápida e com alguma antecedência para poder tratar desta documentação. Depois como passei pela zona de Cacilhas ouvi alguns comerciantes que estavam muito aborrecidos porque não têm direito ao cartão de residente, eu quase que não acreditava nisso, mas depois na Junta de Freguesia confirmaram isso. Ou seja, é-lhes permitido





# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

estacionar o carro durante três horas, ora quem está a trabalhar durante o dia inteiro, três horas não é de facto suficiente.-----

Por outro lado, o estacionamento gratuito para residentes é garantido durante um ano, também aqui referido no documento da ECALMA. Mas a questão do estacionamento em Almada é de facto um problema, nos últimos anos tem-se vindo a agravar. Neste momento os moradores se quiserem colocar o carro num dos parques oferecidos aqui em Almada, pagam setenta euros por mês, não é comportável para qualquer família. Portanto o Braga Parques tem de facto dois parques mas este é o custo do estacionamento do carro. Portanto para além desta situação provisória de um ano em que se estão a tomar medidas para responder a esta situação complicada há que encarar a situação do estacionamento que é de facto um problema. E encontrar soluções de fundo. E que a própria Câmara tome conta da questão da construção exploração dos parques de modo a que os moradores consigam ter lugares para estacionar a preços razoáveis.-----

Neste momento com as obras que fizeram na Cova da Piedade no Largo Comandante José Brás, as obras estão muito correctas, começou-se entretanto a ver que todos aqueles passeios estão inundados de carros, portanto piorou a situação em termos de circulação do peão naquela zona. Piorou, está tudo de facto muito bonito esteticamente, está tudo muito bem pensado, alargaram-se os passeios e de seguida os carros estacionaram. Portanto, terminei estas questões que queria deixar.”-----

6.1.2.3 – O Sr. Deputado Municipal Hernani Magalhães:-----

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu só gostaria de dizer três ou quatro coisas. Em primeiro lugar gostaria de referir que no mandato anterior onde eu era Vereador foram votados em Sessão de Câmara onde estava presente o então Vereador Ruben Raposo a aquisição de terrenos pela Câmara Municipal de Almada para estacionamento, precisamente para cobrir algumas situações que sabíamos que iria acontecer. Portanto as memórias são curtas, cada um fica com a memória que tem, santa paciência. Em segundo lugar gostaria de dizer que também no Mandato anterior aquando da discussão do estacionamento que nos foi apresentado pela Transitec, era claramente definido uma coisa. O estacionamento na Cidade de Almada iria aumentar em número quantitativo, ora nem toda a gente ficava com o carro à porta. É um facto, não pode ser. E portanto, haverá pessoas que terão que estacionar o carro a cem metros, outros a cinquenta, outros que vêm cedo e ficará a cinco metros. Mas foi claramente definido que o número de estacionamentos legais aumentavam.-----



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Terceira e última questão que eu gostaria de referir. A questão do estacionamento pendular. Meus caros amigos é isto mesmo, o que se pretende é que as pessoas utilizem os transportes públicos. De facto se não se utilizar os transportes públicos, nós continuaremos com uma cidade poluída, continuaremos com uma cidade em que a primazia não é do cidadão mas sim do automóvel, e nós queremos combater isso. Soluções. Solução é a utilização do transporte público. De facto é a solução. E de facto o transporte de pessoas que vêm no seu automóvel, eu sei que muitas vezes há dificuldades de transportes públicos, a rede não existe de facto, e portanto isso tem que ser combatido e já temos falado inúmeras vezes aqui na questão, mas de facto se não dificultarmos, se não taxarmos o estacionamento pendular, não há nem Cidade de Almada, nem Cidade nenhuma no País, nem cidade nenhuma do mundo que consiga sustentar a situação do crescimento do parque automóvel.”-----

6.1.2.4 – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos:-----

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

No complemento desta intervenção do Deputado Hernani Magalhães, eu gostava de colocar também umas coisas para reflexão, e é óbvio que uma obra tem sempre transtornos, e é óbvio que se não fosse assim não se mudava nada, e portanto, não me parece intelectualmente sério estarmos de acordo com o meio de transporte Metro Sul do Tejo e na fase de início de obras que obviamente traz alterações profundas ao quotidiano dos residentes, se possa em vez de fazer um levantamento do que se possa ser evitado e melhorado, trazer para a discussão aquilo que possa ser considerado como entrave ao desenvolvimento da obra ou sequer do esclarecimento mútuo e também de encontrar obviamente soluções intermédias que diminuam a penalização dos residentes. É óbvio que eu acho que quem mora em Cacilhas e eu moro, sabe-se que Cacilhas tem sido uma Freguesia muito prejudicada do ponto de vista da ocupação do espaço público por causa exactamente dos pendulares, e portanto, tem que haver obviamente aqui uma prioridade. E a prioridade para os residentes em Cacilhas, para os Comerciantes, é exactamente para os residentes, para os Comerciantes e não para os pendulares. Obviamente que aqui temos que encontrar quem de direito, quem tem que pensar nestas coisas e seguramente nós também temos que pensar, temos que ver como é que vamos atenuar, mas dar prioridade ao Concelho de Almada. Aliás quero-vos dizer que eu tenho ideia que muitos dos actuais parqueamentos em Cacilhas nem sequer são do Concelho de Almada. São do Concelho do Seixal, são Concelhos limítrofes ao nosso Concelho. Dizer, por exemplo, entram todos os dias no Centro Sul cerca de trinta mil carros só porque não existe uma entrada abaixo do



# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

Fogueteiro para a Ponte 25 de Abril. Portanto, nós Concelho de Almada levamos todos os dias com trinta mil carros que podia ser perfeitamente dispensável se houvesse outro tipo de acessibilidades. E aqui também acessibilidades e transportes públicos como é evidente.----- Agora creio que eu posso dizer que os moradores ficaram contentes com a colocação de estacionamento para os deficientes, lamentavelmente quem está a estacionar não são deficientes. Bom, mas só se cada Cidadão andar com um polícia atrás ou a Junta de Freguesia passa a ser polícia e eu acho que não, ou cada Cidadão passa a ser polícia, também eu acho que não. Portanto, a ocupação dos passeios largos ou estreitos por carros, creio que é uma questão de atenção para o espaço público e para com o Cidadão, mas de facto quando se anda de carro tem-se um comportamento, e quando se é peão tem-se outro. E obviamente que quando se é peão achamos que temos direitos mas quando andamos de carro pensamos que o peão pode ficar esquecido. De qualquer maneira é óbvio que isto é uma mudança de mentalidades, de posturas cívicas que não se pode pôr por Decreto. Portanto creio que não se pode dizer a obra está bem feita, mas agora não serve de nada porque estão lá carros. Não, o que está mal são os carros, não é a obra. Finalmente relativamente, não vou ao pormenor seguramente o Sr. Vereador ou a Sr.<sup>a</sup> Presidente darão esclarecimentos que não me cabem a mim dar, mas dizer que daquilo que eu me apercebo, naturalmente que retirando algumas coisas que podem ser ajustadas, aliás lembro que a Sr.<sup>a</sup> Presidente ainda no Período de Antes da Ordem do Dia, respondendo à Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Oliveira, disse que as coisas não são para ficar estáticas, mas são eventualmente para serem ajustadas, portanto creio que aquilo que se considera excessivo será corrigido.”-----

6.1.2.5 – O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado:-----

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Ainda em relação a esta questão, dizer que de um modo geral na minha opinião as obras em Cacilhas começaram melhor do que nas outras Freguesias, no caso do Laranjeiro, logo nos primeiros trabalhos, tem havido um pouco mais de cuidado apesar de haver situações como a Sr.<sup>a</sup> Presidente sempre disse, que escapam, e nisso a Câmara faz bem andar em cima do concessionário para defender os interesses dos moradores. No entanto, há aqui algumas questões que me fazem alguma confusão que é; na Rua D. Sancho I, andaram-se a pintar ao longo de todo o eixo, desde a Praça Gil Vicente até à esquina do SAP, andaram a pintar as novas faixas de rodagem, os novos desvios para as Ruas da Quinta da Alegria, etc.; não houve o cuidado de provavelmente ou antes ou logo a seguir colocar os chamados frades, os chamados impedimentos nos passeios, porque qualquer pessoa que circule



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

naquela estrada, está em incumprimento a toda a hora, a todo o momento, porque é impossível circular nas faixas que estão pintadas porque os carros estão a ocupar a faixa de rodagem e a pessoa tem que ir pelo traço contínuo sempre, sempre, sempre, inclusive passar por traços contínuos consecutivos. Eu acho que temos que obviamente andar em cima do concessionário, mas também quando são trabalhos feitos pela Câmara, também tem que haver esse cuidado. Porque aquilo esteve durante muito tempo assim e ainda está. As pessoas obviamente não têm lugar para estacionar e vão estacionando e sabemos que não há um polícia em todo o lado, mas as pessoas também muitas vezes chegam tarde a casa e estacionam onde há lugar porque querem ir para casa descansar, mas a verdade é que aquela situação também devia ser acautelada. Do outro lado da Rua, do outro lado de Cacilhas, do lado da D. Sancho I, foi realmente alargado o passeio e as pessoas param em cima, mas felizmente ainda sobra passeio para os peões passarem, que antigamente nem passeio havia. Pelo menos nesse aspecto foi bem feito. Agora do outro lado, do lado de Almada é que tem que haver também, algum cuidado e tenho a certeza absoluta que a Câmara tem isso previsto.-----

Em relação aqui a outra questão, é importante a fiscalização que se vai começar a fazer. É importante o ordenamento que tem-se feito, mas também é importante continuar com a recolha dos veículos abandonados. Ainda há muitos que ocupam espaços, a Câmara neste momento melhores condições porque tem viaturas reboques que permitem fazer esse tipo de trabalho e é preciso continuar com esse empenhamento junto, principalmente destas zonas que começaram agora em obras. E em relação aos dísticos e à atribuição dos dísticos, eu curiosamente tenho uma opinião um pouco contrária do que aqui foi dito. Eu acho que até neste caso a ECALMA até está a proceder bem, porque permite fiscalizar aquelas situações de real incumprimento, em que as pessoas não têm residência efectiva, e muitas vezes com o antigo dístico e com o antigo papel de residente, muitas vezes permitia haver aqui algumas situações em que as pessoas tinham e realmente não moravam e havia aqui situações complicadas, e assim a pessoa entrega os papéis, dá trabalho é verdade, e é complicado, e há situações em que a morada da carta não bate com a morada da residência e a pessoa fica sem o dístico, e este tipo de situações tem que ser acautelado, já aconteceu esse tipo de situações, a morada da carta não dar com a da residência fiscal e a pessoa não poder ter o dístico, e este tipo de situações tem que ser acautelado, mas também ao mesmo tempo acho positivo pedirem o seguro, pedirem o livrete, pedirem a inspecção, porque se a viatura está legal tem tudo, a pessoa não tem a temer e tem o dístico, e coloca o dístico na viatura e de certeza que terá um lugar por estacionar. Agora, não podemos é ter situações



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

como aconteceu no passado, na Av.<sup>a</sup> 25 de Abril em que as pessoas até fotocopiavam o dístico que era entregue pela Câmara e depois numa família havia cinco carros e havia cinco dísticos. Eu cheguei a ver fotocópias que tenho a certeza absoluta que aquilo estava um pouco alterado da realidade.”-----

6.1.2.6 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Leal:-----

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Como se falou aqui a propósito do MST e sobretudo de Cacilhas, e eu como estou lá todos os dias no terreno, dia-a-dia, falo com pessoas, recebo pessoas, falo com a ECALMA, falo com muita gente, com comerciantes, falo com muita gente no dia-a-dia com a população, gostava de pôr aqui alguma ordem, se me permitem a expressão, no debate.-----

Primeiro que tudo dizer que a obra de facto, e penso que toda a gente reconhecerá, é muito complexa e naturalmente sendo uma obra complexa causa perturbações num determinado momento da obra.-----

Mas também gostava de dizer o seguinte; a diminuição do impacto que obras como esta que é uma grande obra, o impacto no dia-a-dia das populações, foi devidamente acautelado a montante do início da obra em Cacilhas em muitas horas de trabalho de reunião entre a Câmara, a ECALMA e a Junta de Freguesia neste caso de Cacilhas com os meus colegas de Almada, Cova da Piedade e Pragal. Relativamente a Cacilhas, eu gostava de dizer o que neste momento a Junta de Freguesia de Cacilhas e citando novamente aqui, lembrando o último Fórum Especial de Cacilhas que teve uma grande participação da população nos Bombeiros de Cacilhas, foi lá dito que para diminuir a burocracia e para agilizar os procedimentos e os processos de forma a que as pessoas que vão à Freguesia para pedir ou a renovação ou pela primeira vez o título de residente, a Junta de Freguesia de Cacilhas organizou-se internamente para que durante o período de normal funcionamento mas também às terças e quintas-feiras das 17H30 até às 20H30, e as pessoas têm correspondido positivamente e gostava de louvar o espírito de colaboração dos fregueses de Cacilhas na sua esmagadora maioria, que têm procurado junto dos serviços da Junta de Freguesia de Cacilhas em articulação com a ECALMA, resposta a esta solução que é obter o título de residente. E neste momento em três dias cerca de quinhentas pessoas têm o processo organizado. Ou seja, a burocracia tem que haver sempre. Agora, acentuar o peso da burocracia para fazer política, não. Porque os serviços estão a dar resposta na minha opinião e efectivamente e de uma forma eficaz aos pedidos. E as pessoas, embora no primeiro dia tivessem algum impacto que é preciso de facto apresentar um conjunto de documentos que eu subscrevo a posição do meu colega de Assembleia Miguel Salvado que



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

também é de Cacilhas. As pessoas têm de facto estado de acordo com o Regulamento. E o Regulamento exige que as pessoas para efeitos de obtenção do título de residente ou renovação do mesmo, têm que entregar a documentação. E é assim, meus amigos. Eu sei que nas bichas que há em Cacilhas, cerca de dez minutos resolve o problema, desde que tenham todos os documentos para entregar prontos e em condições, são dez minutos. Eu pergunto, serviço deste País que não os da Freguesia, às vezes levam duas, três, quatro, “n” horas, e às vezes depois dessas “n” horas não resolvem o problema e voltam lá no dia seguinte.-----

Em Cacilhas são dez minutos, no balcão. Mas meus amigos neste momento, eu tenho aqui, entreguei ao Sr. Vereador José Gonçalves este mapa, porque semanalmente entrego esse mapa à Câmara Municipal de Almada, diariamente fazemos o controle, está aqui tudo, por rua e por dia. Se isto é burocrático então expliquem-me lá o que é que não é burocrático. Eu penso que a resposta das pessoas está a ser muito positiva, gostava aqui de louvar a colaboração dos Fregueses de Cacilhas independentemente de um outro caso mais particular, mas isso é aproveitamento desculpem dizer, político-partidário, lá passado, mas isso é um caso residual ou dois. É um mais um, igual a dois. O resto é as respostas, as pessoas colaboram, percebem que é uma solução para o seu problema e é uma solução de facto como dizia a Luísa Ramos, resolver de uma forma sustentada e séria e de qualidade o problema de Cacilhas, que é os pendulares têm que ter controle sobre eles, para que de facto a população de Cacilhas tenha o seu problema resolvido. E portanto, em relação ao ritmo das obras, meus amigos é ir a Cacilhas, é ir à 25 de Abril, é ir à solução que está a ser encontrada nas zonas piloto de estacionamento na Quinta da Alegria, em que o Parque está praticamente disponível para aquela zona piloto. Agora, há problemas, há. Mas os problemas que, como disse a Sr.<sup>a</sup> Presidente e bem, o espírito é este; há um problema que não está resolvido, vai-se resolver, em diálogo com as pessoas. Só pode ser assim.”-----

6.1.2.7 – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Odete Alexandre:-----

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Primeiro permito-me agradecer ao Sr. Presidente da Junta de Cacilhas o elogio que me dirigiu, por que eu sou uma Freguesa de Cacilhas que já activou o seu direito ao cartão de residente, e devo reconhecer que as funcionárias foram eficientes e que tudo correu com toda a lisura. Mas de facto eu tenho ouvido alguns comentários de algumas pessoas que se queixam e penso que algumas pessoas poderão ter essa razão. É pedido uma prova da morada fiscal, evidentemente que as pessoas podem facultar o seu Boletim do IRS e com isso provam a sua morada fiscal, mas nem todas as pessoas gostam de mostrar o boletim





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

do IRS. E para ir às finanças como eu fiz pedir uma certidão custa quatro euros e qualquer coisa que para algumas bolsas será eventualmente um pouco pesado. Portanto, esta é a questão que de facto eu tenho ouvido ser referida com maior incidência e de uma maneira mais negativa. Evidentemente que é preciso rentabilizar os lugares de estacionamento que há. E portanto criou-se esta dificuldade de que é obrigar que todas as pessoas tenham todas as moradas quer da propriedade, quer a sua morada fiscal quer ainda sua morada habitacional, todas no mesmo sítio e portanto isso é compreensível. Mas isto acontece porque temos poucos lugares para estacionar. Porque se houvesse muitos lugares para estacionar se houvesse de facto largueza de espaço, nós de certeza absoluta que não teríamos esta complicação. Porque isto não é um simples isto é um compliquex. De facto não estamos aqui a facilitar a vida às pessoas. Eu pela parte que me toca devo reconhecer que não me foi difícil apresentar todos os documentos, dou o meu testemunho, também quero voltar a afirmar que tudo correu bem com a funcionária que me atendeu que foi excepcional. Mas reconheço que para algumas pessoas será complicado esta parte da morada fiscal se querem de facto não apresentar o boletim do IRS. E agora uma pergunta à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, eu não tive a oportunidade de estar presente no Fórum de Participação que fez em Cacilhas, porque infelizmente a minha saúde não me permitiu estar presente e com grande pena minha, mas alguém me veio referir que terá sido mencionado um passe social para o Metro Sul do Tejo. Eu gostava que a Sr.<sup>a</sup> Presidente me esclarecesse sobre o que é que foi dito sobre esse assunto, porque eu não estou absolutamente convencida daquilo que ouvi.”-----

6.1.2.8 – O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias:-----

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Se me permite e ao Partido Social Democrata não se lhe coloca objecções no que diz respeito a este Regulamento Específico de Estacionamento e Circulação na Zona de Cacilhas e Almada Centro, aquilo que gostaríamos de neste momento e neste tempo fazer referência é para um problema que para nós é essencial é que mais do que estarmos a tentar-nos adaptar a um período que todos sabemos que é difícil, estamos a falar de uma implementação de uma obra que não é pequena, que é estruturante e como tal tem os seus inconvenientes no seu período de implantação isso é objectivo e para nós não nos coloca sequer a mínima dúvida.-----

Aquilo que para nós é essencial e deve ser de todos nós uma preocupação central é tudo aquilo que diga respeito às acessibilidades e ao estacionamento, posteriormente a esta obra que para nós é uma realidade e que desde já deve começar a ser pensada a nível de



# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

alternativas de futuro, estruturadas e que defendam os interesses dos Municípes. Todos nós sabemos e isto é uma realidade que todos nós vamos sentindo no dia-a-dia de quem vive a Cidade, de quem aqui se desloca e de quem aqui trabalha, que Almada pela forma como cresceu criou constrangimentos para todos nós que vivemos podermos estacionar os nossos veículos, muitos de nós e muitos daqueles que nos visitam poderem usufruir de espaço para poderem chegar até nós e poderem ter local para estacionar os seus veículos, e todos nós sabemos que estes constrangimentos são uma realidade objectiva, o nosso vizinho do lado comenta connosco diariamente estas mesmas dificuldades. E não nos parece a nós que as soluções que o metro do ponto de vista dos transportes públicos possam dar, venha restringir ou venha mitigar este movimento de tráfego automóvel que a seguir se vai manter. E não nos parece a nós que o nível de estacionamento e o número de oferta a todos nós que vivemos a Cidade vai permitir que os constrangimentos que hoje sentimos antes da obra estar implantada venha a seguir ter resposta depois dela estar no terreno e a funcionar em plena velocidade de cruzeiro. E aquilo que pensamos que deve ser desde já acautelado, infelizmente não o foi a montante, é soluções para aqueles habitantes que comprando a sua casa não viram dada uma resposta por não ter sido feita uma obrigação formal a quem construía, de construir necessariamente um espaço de estacionamento. E essa pessoa que hoje tem uma casa, mas que não tem um lugar para estacionar vai ter que ser honrada no futuro porque a resposta à partida parece que está a ser planeada e está a ser pensada, é um espaço que vai ter um custo financeiro para quem habita já há muitos anos naquele local nesta terra e que portanto não tem culpa aparente, pelo menos formal da realidade objectiva e do constrangimento criado. E isso é que eu acho mais do que estarmos a olhar para este Regulamento que não nos merece de todo contestação até porque entendemos que este momento é uma resposta adequada a uma obra que tem que decorrer e que tem o seu ritmo e que tem necessariamente problemas e não podemos contrariar e não podemos fazer disso um bicho de sete cabeças, aquilo que temos é que olhar para a frente. E aí sim termos a capacidade de gerar respostas concretas a problemas de pessoas que já aqui vivem antes destes problemas terem começado a ser criados e que necessitam de uma resposta formal que não apenas onerar mais do ponto de vista financeiro através da criação de locais de estacionamento que não poderão ser ocupados de outra forma senão uma contrapartida financeira.-----  
E acho que mais uma vez, hoje em dia estamos a dar uma resposta temporária, não me parece que seja uma solução definitiva que vá de encontro aos interesses de Almada e dos



# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

almadenses, isto não é uma crítica a ninguém é um estímulo e é um desafio para nós pensarmos para o futuro.”-----

6.1.2.9 – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Helena Oliveira:-----

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu pensava que a questão que eu coloquei no princípio e que a Rosário tentou complementar desse esta polémica toda. Eu acho que isto não é uma questão de desordem, é uma questão de compreensão. A única coisa que nós dissemos e repetimos é que está previsto no Regulamento da ECALMA que é necessário apresentar cinco documentos obrigatoriamente e dois facultativamente. E ninguém disse que isto não era para cumprir.----

A questão que nós levantámos é que além dos cinco obrigatórios estão a ser pedidos também obrigatoriamente os outros dois, e até aqui tudo bem. Mas além disto, e além das pessoas apresentarem os documentos todos, ainda têm que assinar um impresso onde está escrito que se comprometem e eu vou ler que é para não dizer nenhuma asneira: “declaro para os devidos e legais efeitos serem correctos e actuais todos os elementos e informações constantes do presente documento”. Isto na minha opinião não é necessário porque tudo o que está aqui é comprovado pelos cinco ou sete documentos que as pessoas entregam. E ainda acrescenta: “e autorizo expressamente a ECALMA a proceder a verificação da sua autenticidade, utilizando para tal os meios e as fontes de informação que considerar adequadas. E informam as pessoas ainda com o artigo 256º do Código Penal, que podem ser punidas com pena de prisão até três anos. Não sei onde é que ouvi isto, e com pena de multa.-----

A única coisa que eu disse foi que, será que isto não é um exagero, será que não estamos a ser mais papistas que o Regulamento que a ECALMA tem? Foi a única coisa que eu disse, e que a Rosário confirmou. Eu só perguntei à Sr.<sup>a</sup> Presidente se tinha conhecimento disto ou não. Eu não percebo onde é que está a desordem nesta casa, lamento muito.”-----

6.1.2.10 – O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

“Srs. Deputados Municipais;-----

Apenas para um esclarecimento à Assembleia. Eu permitia-me também solicitar se do ponto de vista do contrato de Concessão e da declaração de impacto ambiental, questionar que eu penso que nós nos estamos a esquecer, se a Concessionária não tem qualquer responsabilidade perante os cidadãos, os peões e automobilistas. Segunda questão, também com base no contrato de concessão e na declaração de impacte ambiental que são os documentos legais que têm a ver com o MST, se a Concessionária não tem qualquer responsabilidade relativamente ao estacionamento.-----



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Terceira questão, quem deve fazer cumprir o que determina o contrato de concessão e a declaração de impacte ambiental, quem tem que fazer cumprir esses documentos à concessionária. Se é a Câmara Municipal, se é o Concedente. Penso, ninguém tem dúvida que é o Concedente. Última questão, porque tenho ideia que passamos para o inverso, até aqui era o público não podia ser tocado e o privado o mais articulado, agora parece que é o contrário, o privado não pode ser tocado que é o melhor do mundo e o público é mau. E a prova provada meus amigos, é a minha opinião, é que nós temos uma Concessionária, um conjunto de empresas que não soube dirigir e executar a obra apenas vê como fazer obra rapidamente para colher o lucro. Está-se positivamente marimbando desculpem a expressão, para os peões, para a segurança das pessoas, para os automobilistas para as áreas de Estacionamento isso não conta absolutamente nada. O que interessa é fazer obra para recolher dinheiro. É a opinião que eu tenho vindo a consolidar. Eu penso que nós temos que voltar a ler o contrato de concessão e a declaração de impacte ambiental e estarmos ao lado das populações e do interesse público.”-----

6.1.2.11 – O Sr. Vereador José Gonçalves:-----

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
É tema que tentarei não prolongar, porque desde logo a avaliação que faço relativamente às propostas é de que é um contributo do Município como tem sido referido diversas vezes para minimizar o impacto da obra, e é um contributo técnico com a participação de muitas entidades também que já hoje aqui foi referido, das Juntas de Freguesia, da Polícia, da ECALMA, uma reflexão alargada sobre as soluções e deste ponto de vista eu penso que em poucos dias e há poucos dias que recebemos a programação da Concessionária para a intervenção da obra no centro da Cidade, em muito poucos dias, numa semana praticamente fomos capazes de montar um sistema de ordenamento do trânsito, de circulação e do estacionamento, e desse ponto de vista eu penso que o Município tem soluções, tem propostas, conseguiu envolver as entidades do nosso Concelho na solução e também quero dizer que tal como tinha expectativas, confirma-se. Os cidadãos de Almada e em especial Cacilhas estão a corresponder a esta fase de intervenção de uma forma muito positiva, e penso que os números que o Presidente da Junta aqui trouxe em três dias termos conseguido quinhentas inscrições é determinante para esta avaliação que faço também, e a forma ordeira e interventiva como têm estado em todo este processo. Os nossos princípios de contribuir para que a fase da obra decorra com o menor impacto possível. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal abordou aqui, nós também referenciamos na nossa proposta, a primeira obrigação era da Concessionária, durante a obra a Concessionária tem



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

a obrigação de encontrar soluções para o estacionamento alternativo em especial naturalmente da Av.<sup>a</sup> 25 de Abril, nós quisemos acrescentar a essa obrigação a essa resposta que guardamos até ao momento de entrega do documento de programação para saber até onde é que ia a resposta da Concessionária e quem esteve em Cacilhas ouviu que o Sr. Encarregado de Missão respondeu aos Múncipes dizendo que aquilo que o Estado conseguiu da Concessionária para esta obrigação que tem é que vai fazer o parque. A bolsa de estacionamento alternativa, do morro entre Cacilhas e da Margueirinha como foi chamado, um parque de cento e dez. Mas nós porque sabíamos ou porque antevíamos que a Concessionária com certeza não assumiria toda essa responsabilidade, tínhamos outras pessoas, e quer dizer que os Múncipes de Cacilhas vão poder usar para além das Ruas da sua Freguesia preferencialmente para si e para o apoio ao comércio com estacionamento de curta duração, também as bolsas dos Bombeiros, do morro de Cacilhas, da Misericórdia, e quando a Concessionária fizer a obra da Margueirinha. Temos também um conjunto vasto que os Srs. Deputados e os Múncipes presentes receberão nos próximos dias também, de outras informações, de outras soluções que pensamos contribuam para este princípio que é o princípio de contribuir para minimizar o impacto da obra.-----

Relativamente aos comerciantes, também encontraremos soluções nos próximos dias no sentido de enquanto a obra decorre naturalmente encontrar soluções com eles e com todos para minimizar esse impacto. Mas isto sem pôr em causa as obrigações de quem está a construir a obra, naturalmente, que tem-nas e que estão referenciadas neste processo. Relativamente à Rua D. Sancho I queria apenas esclarecer que, eu penso que a obra está bem, o que está mal é o estacionamento na própria via, portanto cada um de nós como condutor deveria saber que não pode estacionar naquele espaço. E também como o Sr. Presidente da Junta referiu está a ser construída na Quinta da Alegria uma bolsa e será construída uma segunda no sentido de também minimizar alguma perda do estacionamento da Rua D. Sancho I e da zona envolvente.-----

Relativamente aos carros em fim de vida também temos referenciado isto, a empresa municipal tem um trabalho que penso muito relevante de recolha de carros em fim de vida por todo o Concelho, temos mais quatro mil carros em situação de abandono aparente que depois precisam de uma tramitação para se verificar se é verdadeiro o abandono se não é, para que entre no património.-----

O apelo que eu queria deixar como deixo em todos os momentos é de que quem tenha carros que já não queira usar, que estejam na sucata, faça a entrega directa à Empresa Municipal, diga na Junta de Freguesia, faça-nos chegar a informação e com isso ganhamos



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

todos porque retiramos do espaço público e ganhamos na tramitação burocrática, ganhamos nos custos que o Município paga. E portanto, temos esta possibilidade. Um carro que seja entregue à Empresa Municipal é retirado nesse dia ou no dia seguinte de certeza absoluta, seja na Costa de Caparica, na Trafaria, na Charneca, em Cacilhas, onde ele estiver. Ajudem-nos para levar este trabalho ainda mais para a frente. Relativamente aos documentos é como a Sr.<sup>a</sup> Presidente já disse, nós agora que estamos a intervir naturalmente é que também começamos a perceber as dificuldades, eu por acaso não sabia que as Finanças levavam quatro euros para uma declaração. Mas, isso está no Regulamento que aprovamos aqui em dois mil e cinco, mas não é nada que não se possa tomar outras decisões municipais, afinar, não estamos a falar só para Cacilhas, estamos a falar para a Cidade e portanto vamos apurar o que é que está bem e o que é que está mal e como é que devemos fazer. Não é para prejudicar ninguém, foi a proposta que veio, foi aquilo que considerámos na altura útil e agora é com a intervenção que vamos apurando. De qualquer maneira nós como Cidadãos que conduzimos temos este princípio, esta obrigação. Devemos ter os documentos todos com a mesma morada, devemos ter. Qualquer cidadão deve ter, isso é do Código da Estrada, não é do Regulamento Municipal só. Mas pronto, é uma obrigação.-----

Queria dizer também que, a Câmara Municipal está na obra todos os dias e para além de estar na obra todos os dias tem momentos importantes por semana para discutir o que corre bem e o que corre mal. E queria dizer que a partir desta semana, a Polícia de Segurança Pública também vai participar nestas reuniões semanais, e eu também penso que a Polícia de Segurança Pública também tem aqui um contributo importante a dar na regulamentação do trânsito, na ajuda aos Munícipes, no encontrar digamos de soluções. E ainda bem que a polícia está disposta a participar nestas nossas reuniões de reflexão semanal sobre o decurso da obra e tomada de decisões relativamente à forma como a obra está a decorrer. Eu queria aproveitar para agradecer em especial aos Bombeiros Voluntários de Cacilhas, porque colocados, pela Câmara a necessidade de usar aquele espaço que antes tinha a sua gestão, naturalmente decidiram logo disponibiliza-lo à Cidade para que os residentes possam ter lá maior disponibilidade de espaço, à Sociedade de Desenvolvimento Desportivo que gere o morro de Cacilhas e que teve a mesma atitude quando colocado perante a situação de privilegiar os residentes de Cacilhas, à Santa Casa da Misericórdia e dizer a todos que a partir de segunda-feira o parque que hoje é de cento e noventa e cinco, não será de cento e noventa e cinco porque as obras do metro precisam de uma primeira fatia, mas será de mais de cento e cinquenta lugares, estará disponível para os residentes vinte e





# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

quatro horas para os residentes de Cacilhas. E também agradecer a um privado à LEMAUTO que da mesma forma se disponibilizou para que o Município pudesse intervir no espaço ao lado de espaço que é usado pelos Bombeiros para acrescentar uma bolsa de mais de cinquenta lugares de estacionamento também para os residentes de Cacilhas. A Câmara, fez a ECALMA, fez a Junta de Freguesia, fizeram as entidades que geram estacionamento em Cacilhas, estamos todos no mesmo sentido a contribuir para minimizar o impacto. E desse ponto de vista acho que devemos referenciar a atitude destas entidades também. Talvez esclarecer também que, no nosso Regulamento nunca está previsto que os residentes paguem estacionamento, não está. Nem durante as obras nem pós obras. Os residentes têm o estacionamento público oferecido pelo Município. Podemos um dia ter que discutir se cada agregado tem um lugar, dois lugares, três lugares, quatro lugares, mas isso não está em cima da mesa, nem quando aprovamos o Regulamento Geral nem neste momento. Os residentes têm estacionamento gratuito na Rua ou nas bolsas de estacionamento. Isso está assegurado e nunca foi posto em causa. O que estamos a dizer é que os visitantes também não pagam estacionamento, mas são os visitantes que privilegiamos no nosso Plano de Mobilidade, são os visitantes que acrescentam à Cidade, são aqueles visitantes que vêm à Cidade comprar no Comércio Local, que vêm almoçar à Cândido dos Reis, que vêm tratar do seu assunto nas Finanças. Esses têm também nesta fase uma situação de isenção de pagamento. E é esta a questão que está colocada hoje e que esteve colocada no Regulamento dois mil e cinco também relativamente às zonas pilotos, para a Cova da Piedade, para o Pragal, para Almada e para a Quinta da Alegria. Portanto nunca esteve em causa que os residentes passassem a pagar estacionamento. Eu concluía dizendo que do nosso ponto de vista estamos a fazer um caminho e acho que já demonstrou que tem solidez. Que vamos trabalhar no sentido de contribuir para que a obra decorra com normalidade, assim façam todos o seu trabalho e contribuir para que o Comércio Local, os residentes tenham alternativas nesta fase da obra e estaremos atentos diariamente.”-----

6.1.2.12 – A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal:-----

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Apenas algumas notas, o Sr. Vereador foi extremamente conciso e objectivo mas também esclarecedor, domina muitíssimo bem todo este processo, porque desde o momento da consignação até hoje tem dedicado todo o seu empenho, toda a sua inteligência, todo o seu saber e cuidado relativamente a este processo. E tem promovido um trabalho extraordinário com os técnicos, com a Equipa de Missão, com todas as entidades locais como aqui foi



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

referido e promovendo também os próprios fóruns de participação, que já temos realizados, mais de uma dezena. Eu penso que temos este processo muitíssimo bem agarrado, sendo um processo difícil muitíssimo bem agarrado e está em boas mãos. Gostava de deixar aqui algumas palavras porque também me parece que é importante que a história ao ser contada a partir das actas da nossa Assembleia Municipal possa relatar a verdade dos factos. E eu gostava de deixar a nota de que faz vinte anos que o Metro Sul do Tejo foi posto na ordem do dia pelo Município de Almada e depois pelo Município do Seixal, do Barreiro e da Moita. Isto é um facto, é histórico. Mas também é verdade que faz este ano exactamente doze anos que pela primeira vez se assinou um protocolo para o Metro arrancar. Para o desenvolvimento do Metro. E esse protocolo foi assinado entre as Autarquias em que eu assinei por Almada e o Ministro Ferreira do Amaral. É importante dizê-lo e é importante dizer também que a nossa Câmara Municipal quando aprovou em mil novecentos e noventa e três o protocolo para o desenvolvimento do Metro que tinha sido reprovado pela oposição em finais de noventa e dois pois da CDU tínhamos nós a maioria relativa. Em noventa e três, a CDU com maioria absoluta, aprovámos por unanimidade na primeira reunião da Câmara Municipal e aprovámos uma coisa que nunca me vou esquecer e que foi deixarmos expresso que convidaríamos para a inauguração quem connosco celebrou o primeiro protocolo para o desenvolvimento do Metro. E o que eu penso é que isto deve repetir-se com toda a gente que participou neste processo do Metro. Porque foi o Ferreira do Amaral num primeiro momento, foi depois um homem, do Partido Socialista, que faleceu pouco tempo depois de ter tomado posse como Ministro das Obras Públicas, o Ministro Constantino, e com o Ministro João Cravinho, nós assinámos o segundo Protocolo em mil novecentos e noventa e nove.-----

E eu gostava de vos dizer também que a partir, e é bom dizer isto, porque quando falamos de pensar o futuro, o pensar o futuro começou há muito tempo. E o pensar o futuro tem que ser uma atitude de todos os dias, de quem é responsável, de quem tem responsabilidades quer sejam públicas, quer sejam privadas, é preciso pensar o futuro todos os dias, até do ponto de vista familiar nós temos que pensar o futuro todos os dias. Mas o nosso futuro não só de Almada como do arco ribeirinho e o nosso contributo para a Área Metropolitana, foi exactamente há vinte anos que se deu o primeiro passo. Mas em mil novecentos e noventa e nove com a assinatura do Protocolo nós assinámos uma coisa que não deixámos para outros fazerem, é que esse Protocolo diz claramente, fala de várias responsabilidades entre as quais uma que também passa por nós mas não só e que tem a ver com a prioridade ao Metro e com questões de gestão da própria Cidade e aí nós avançamos com o Plano de



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Mobilidade. Em mil novecentos e noventa e nove, nós decidimos imediatamente avançar com o primeiro Plano de Mobilidade que foi feito no nosso País e temo-lo e é um instrumento de gestão da circulação de estacionamento, etc.. E não temos parado continuamos a trabalhar agora na sua implementação, eu penso que é importante termos consciência que temos vindo a construir instrumentos para concretizarmos este projecto do Metro Sul do Tejo e nunca descoramos aquilo que é fundamental para a inserção do Metro. Nunca. Instrumentos de planeamento, instrumentos de gestão e a sua implementação. E por isso os Regulamentos de Gestão do estacionamento têm vindo a esta Assembleia.----- Hoje temos associados à obra mais dois Regulamentos. Mas também é importante deixar aqui uma nota de que a questão do estacionamento tem duas dimensões. A gestão, temos que gerir o estacionamento, é fundamental gerir o estacionamento e é isso que nós estamos a fazer, uma política de gestão de estacionamento e que estas propostas a par de muitas outras que já aprovámos contempla gerir o estacionamento e a gestão do estacionamento também implica algumas alterações. De quem é o Morro de Cacilhas? É da Câmara Municipal. E nós dizemos, obrigada a Sociedade de Desenvolvimento Desportivo, pois porque atribuímos à Sociedade de Desenvolvimento Desportivo por um tempo a título transitório a gestão daquele espaço sobretudo para os pendulares. Mas nós hoje precisamos daquele espaço que é municipal para a gestão do estacionamento pensando nos residentes. E a área da Misericórdia de quem é? Municipal. E portanto também, a Misericórdia durante este tempo todo tem gerido aquele espaço que é Municipal na perspectiva dos pendulares, e nós agora dizemos; muito obrigada Santa Casa da Misericórdia, tem uma obra social importante estamos convosco, queremos apoiar, mas agora nós precisamos daquele espaço pensando nos nossos residentes. E comprámos o outro espaço que se falou agora aqui, da Margueirinha, comprámo-lo, custou ao nosso Município, todos estamos muito bem lembrados de cerca de setecentos mil contos. Todos nos lembramos, foi decidido nesta Assembleia, e foi decidido no princípio do Milénio, não foi ontem, e portanto aí está, é nosso, disponibilizamos à Concessionária para um Parque Transitório. Estamos a falar de gestão, gestão não só da via pública como de espaços importantes no seio da nossa Cidade que são Municipais, que foram entregues para os pendulares a agora têm que ser geridos na perspectiva dos residentes e dos comerciantes. Mas nós desistimos dos parques dissuasores? Não. Eu penso que ninguém desistiu dos parques dissuasores. O que é que nós temos no contrato de Concessão? Temos que, os parques dissuasores podem ser viabilizados em concertação entre Concessionária, Estado e Município. Isto diz o contrato de concessão, e depois assinamos ao lado com o Estado,



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

com a Ministra Manuela Ferreira Leite, e com o Ministro Valente de Oliveira que foi nessa altura que o contrato de concessão foi assinado sem tirar o mérito a todas as outras pessoas que têm participado, mas ao lado assinamos nós, Seixal e Almada com os dois Governantes o Protocolo que tem muitas coisas e entre elas tem o Terminal de Cacilhas, tem várias coisas e tem também os parques de estacionamento. Isto não tem sido fácil, mas alguém desistiu? Não. Ninguém desistiu e está-se a estudar, e está-se a ver como é que os parques dissuasores que são sete associados ao MST se podem concretizar. E nós desejamos e estamos a dar toda a nossa contribuições e todo o nosso esforço para que se encontrem soluções para que eles sejam uma realidade. Mas eles estiveram desde o princípio, não é uma coisa que estejamos agora a colocar como, enfim agora é que acordámos para que os parques dissuasores e temos todos os terrenos. Portanto, eu o que penso neste momento é que estamos bem, é preciso muita atenção, ainda no outro dia o Vereador me dizia, os trabalhadores enfim, pensavam que estavam a fazer bem e vedaram com uma fita vermelha e branca o conjunto das tílias, todas da Avenida, pensavam que estavam a fazer bem e de repente nós somos confrontados com, não pode ser então depois como é que o estacionamento ali funciona. E as pessoas imediatamente perceberam e perceberam que não podem vedar todas, as tílias são para plantar no Parque da Paz e é também uma nota que aqui fica. E de facto perceberam não pode ser assim. Mas vedaram duas que é o que eles podem fazer em princípio, dia-a-dia e lá estão a trabalhar. Portanto uma grande atenção é preciso de todos. Do Sr. Presidente da Junta, muito obrigada, os Cidadãos da zona, os nossos colaboradores, as autoridades. Tudo é importante. Porque o que é que está em causa não é a Câmara Municipal? O que está em causa é a nossa população e os interesses económicos da nossa comunidade. E portanto sendo isto assim, todos temos naturalmente que convergir, são também questões de dinheiro, também é investimento público, sem dúvida. Também é investimento público, mas também é a vida é o dia-a-dia das pessoas e é o seu trabalho. E portanto nesse sentido parece-me que é nosso dever moral pelo menos, todos contribuimos para alertar, para chamar a atenção e para ajudar a resolver quando alguma coisa estiver menos bem. Da nossa parte o Metro é a prioridade, temos outra que vai começar que é o Polis da Caparica. E o Polis da Caparica na Frente Urbana da Costa também vai dar que falar porque naturalmente fazer uma obra onde há instalações que têm que sair, não é simples. Mas da mesma maneira creio que vamos tratar aquela realidade como estamos a tratar o Metro Sul do Tejo.”-----

6.1.2.13 - O Sr. Deputado Municipal Ruben Raposo:-----

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Para pedir dez minutos de intervalo.”-----

6.1.3 – Reaberta a Sessão e não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação das Propostas:-----

6.1.3.1 – A Proposta Nº 34/IX foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, PSD e BE inclusivé os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal; Sobreda e Costa de Caparica), dez votos contra (de eleitos do PS inclusivé o Presidente de Junta de Freguesia e ou seu representante: Trafaria), através da seguinte deliberação:-----

#### Deliberação

▪ **Considerando o início da obra do Metro Sul do Tejo no sub-troço A do troço 1 – Cacilhas / São João Baptista;**-----

▪ **Considerando que as obras vão ter reflexos no dia-a-dia dos cidadãos, pelo que importa intervir, sendo contratualmente e legalmente da responsabilidade da concessionária as acções no espaço canal em que se desenvolve a obra, assumindo o Município intervir na área envolvente a esse espaço canal no ordenamento do estacionamento e da circulação para minimizar impactos da obra, em especial nos residentes e no comércio local;**-----

▪ **Considerando que, ao abrigo do artigo 11º do Regulamento Geral de Estacionamento e Circulação das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, a Câmara Municipal propõe a criação de duas Unidades Operativas para o Ordenamento do Estacionamento das Zonas de Obra MST Cacilhas e Almada Centro.**-----

**Nestes termos, e ao abrigo da alínea a), nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Almada, aprova:**-----

↗ **O “Regulamento Específico de Estacionamento e Circulação da Unidade Operativa de Gestão do Estacionamento e Circulação (UOGEC) Zona de Obra MST Cacilhas”, constante da deliberação camarária de 24/01/2007;**-----

↗ **O “Regulamento Específico de Estacionamento e Circulação da Unidade Operativa de Gestão do Estacionamento e Circulação (UOGEC) Zona de Obra MST Almada Centro”, constante da deliberação camarária de 24/01/2007.**-----

7 – Não havendo mais pedidos de palavra deu-se por concluída a agenda da reunião.-----

7.1 - Foram submetidas à apreciação da Assembleia as Actas N.ºs. 03/IX2º/2006; 04/IX2º/2006 e 05/IX2º/2006 e as Minutas das Actas N.ºs 03/IX2º/2006; 04/IX2º/2006 e 05/IX2º/2006, distribuídas no início da Reunião.-----



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

7.1.1 – Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Pedroso de Almeida.-----

7.1.1.1 – O Sr. Deputado Municipal Pedroso de Almeida:-----

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

O Sr. Presidente referiu que foram distribuídas, presumo que foram distribuídas no envelope que temos aqui à nossa frente e que nos foi entregue há pouco, ou entramos num processo meramente formal de aprovar algo que não conhecemos, ou então eu julgo que para o futuro deveremos providenciar no sentido de pelo menos que nos sejam distribuídas juntamente com a demais documentação que vem da Assembleia Municipal.”-----

7.1.1.2 – O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

“Srs. Deputados Municipais;-----

Sr. Deputado se não é possível votar-se hoje, votamos para Fevereiro. As minutas estão aprovadas por isso não há problema nenhum.”-----

8 – O Presidente colocou à consideração da Assembleia a Minuta da Acta.-----

8.1 - Foi aprovada a Minuta da Acta da presente reunião.-----

9 - Foi verificada a presença dos Jornalistas: Sr. Miguel Ribeiro (Câmara Municipal); Sr.ª Cátia Rodrigues e Sr. Fernando Fitas (Notícias de Almada); Sr. Bruno Máximo Leite (Jornal de Almada) e de vinte e sete Srs. Munícipes.-----

10 - Verificou-se a presença à Reunião da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emília Guerreiro Neto de Sousa, dos Vereadores Excelentíssimos Senhores José Manuel Raposo Gonçalves; Rui Jorge Palma de Sousa Martins; António Pedro Roque da Visitação Oliveira.-----

11 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H05 do dia 03 de Fevereiro de 2007.-

12 - Por ser verdade se elaborou a presente Acta, que vai ser assinada pela Mesa.-----

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

O 1º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

O 2º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_